



# CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA / ES

## CONCURSO PÚBLICO

### PROCURADOR



- ❖ Ao receber este caderno, **verifique** se:
    - A sua opção de **CARGO** está correta.
    - Contém **50 QUESTÕES** de múltipla escolha, numeradas de **01** a **50**.
  - ❖ Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno.
- NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES POSTERIORES.**

Inscrição

Nome Completo

### INSTRUÇÕES GERAIS

- ❖ Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- ❖ O tempo de duração da totalidade das Provas Objetiva será de **05 (cinco) horas** corridas para todos os cargos. Este tempo inclui o necessário para a transferência das respostas do rascunho para o **CARTÃO RESPOSTA**.
- ❖ Ao receber o **CARTÃO RESPOSTA** confira seu nome, número de inscrição e número do documento de identidade.
- ❖ O **CARTÃO RESPOSTA NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- ❖ A forma correta de assinalar a alternativa no **CARTÃO RESPOSTA** é preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada de cada questão.
- ❖ Assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.
- ❖ Iniciadas as Provas, o candidato somente poderá retirar-se da sala após decorridos 60 (sessenta) minutos do tempo da Prova Objetiva e, em hipótese alguma, levará consigo o Caderno de Provas.
- ❖ O candidato que se retirar do local de Provas após decorridos os primeiros 60 (sessenta) minutos do início da prova somente poderá anotar suas opções de respostas em formulário disponibilizado pelo fiscal de sala.
- ❖ Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em Ata de suas respectivas assinaturas.
- ❖ Após o término de sua Prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal, o Caderno de Questões e o **CARTÃO RESPOSTA** devidamente assinados. Havendo algum problema, informe imediatamente ao Aplicador de Provas, para que ele tome as providências necessárias. Caso o candidato não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação posterior.
- ❖ O Gabarito e a Prova serão divulgados em 24 horas, no site do IDIB: [www.idib.org.br](http://www.idib.org.br).
- ❖ Não haverá consulta de gabarito e resultado por telefone.

## LÍNGUA PORTUGUESA

## TEXTO I

## Poluição sonora requer fiscalização rigorosa

01 A chamada Lei do Silêncio é um daqueles bons  
 02 exemplos de \_\_\_\_\_<sup>1</sup> do Estado sobre a vida cotidiana dos  
 03 cidadãos. Ao estabelecer limites para decibéis produzidos  
 04 em determinados locais e em horários definidos, sob o  
 05 risco da aplicação de multas aos desobedientes, a norma  
 06 serve para garantir, antes de mais nada, a civilidade.  
 07 Em Belo Horizonte, informa esta edição, o número de  
 08 multas dadas pela prefeitura em razão do barulho tem  
 09 aumentado. Nos primeiros seis meses deste ano,  
 10 segundo a Secretaria Municipal de Política Urbana, foram  
 11 lavradas na capital 429 punições, sobretudo, a  
 12 proprietários de bares, boates e casas de shows (que  
 13 representam quase 70% do total de infratores).  
 14 Isso representou aumento de 56% em relação ao total  
 15 de multas no mesmo período do ano passado, lembrando  
 16 que os valores vão de R\$144,45 a R\$18.093,39, podendo  
 17 triplicar em caso de reincidências, sem falar na  
 18 possibilidade de interdição dos estabelecimentos.  
 19 Mas isso não quer dizer que as transgressões estejam  
 20 diminuindo. Moradores de regiões como a Savassi,  
 21 particularmente nas proximidades do quarteirão fechado  
 22 da Rua Tomé de Souza, entre Getúlio Vargas e Rio  
 23 Grande do Norte, onde eventos com música, bebidas e  
 24 gastronomia sempre acontecem, têm sofrido bastante,  
 25 como relata a matéria.  
 26 Há duas semanas, inclusive, eles colocaram uma  
 27 faixa no local, na qual “dizem não aos barulhos”. Além da  
 28 poluição sonora, queixam-se do lixo e de outros  
 29 inconvenientes provocados pelas festas. Até educadores  
 30 e estudantes de uma escola próxima entraram no  
 31 protesto, alegando dificuldades para as reposições de  
 32 aulas, tamanho o volume dos alto-falantes nos fins de  
 33 semana.  
 34 Na verdade, o que parece é que o problema, muitas  
 35 vezes, está nas próprias pessoas. É comum que aqueles  
 36 que sofrem com som alto em sua vizinhança, por exemplo,  
 37 sejam os mesmos que, em outras ocasiões, divirtam-se  
 38 em ambientes com poluição sonora considerável sem se  
 39 dar conta de que pode haver descontentes nas  
 40 proximidades.  
 41 Falta, no caso, o dom da alteridade, a capacidade de  
 42 colocar-se, com empatia, no lugar do outro. E é  
 43 exatamente por isso que o poder público precisa, e deve,  
 44 fazer sua parte.

<https://www.hojeemdia.com.br/opini%C3%A3o/colunas/editorial-1.334042/polui%C3%A7%C3%A3o-sonora-requer-fiscaliza%C3%A7%C3%A3o-rigorosa-1.655016>

01. A definição “é um gênero discursivo que tem a finalidade de manifestar a opinião de um jornal (ou algum órgão de imprensa) sobre acontecimento importante, geralmente polêmico, no cenário nacional ou internacional” se aplica ao texto I acima e se refere ao gênero:

- A) Artigo de opinião.
- B) Relato.
- C) Carta pessoal.
- D) Editorial.
- E) Notícia.

02. Ainda em relação ao gênero ao qual pertence o texto I sequência textual:

- A) Explicativa.
- B) Narrativa.
- C) Argumentativa.
- D) Injuntiva.
- E) Descritiva.

03. Sobre a linguagem que é empregada no texto I, como também na maioria dos textos que pertencem ao mesmo gênero textual que ele, podemos afirmar que ela:

- A) É subjetiva, por tratar-se de um texto em que a opinião do autor aparece de modo explícito.
- B) Possui caráter pessoal e marcas do estilo do autor, recorrendo, inclusive, a alguns usos que fogem ao padrão culto do uso da Língua Portuguesa.
- C) Representa a linguagem utilizada pelos seus prováveis leitores e possui bastante variação decorrente do público para o qual o texto é escrito.
- D) É bastante culta e rebuscada, pois pretende passar a imagem de um autor culto e rebuscado, que entende do assunto sobre o qual opina, para assim convencer o leitor de que ele deve concordar com esta opinião.
- E) Não possui marcas de estilo individual porque não possui autoria explícita. Além disso, mantém linguagem objetiva.

04. A partir da leitura do texto I podemos afirmar que, em seu 6º parágrafo (l. 34-40), o autor:

- A) Explica os fatos de que está tratando e a sua importância.
- B) Formula um juízo moral em relação ao comportamento das pessoas em sociedade.
- C) Contextualiza historicamente o fato que está comentando.
- D) Prevê situações decorrentes do desrespeito à Lei do Silêncio.
- E) Convoca o leitor a realizar ações em resposta ao fato que ele narra.

05. A partir da leitura do texto 01, julgue a adequação das assertivas abaixo e da relação entre elas com o que diz o autor do texto:

I. O poder público pode, e deve, aplicar multas às pessoas e empresas que desrespeitam a chamada Lei do Silêncio.

Porque

II. As pessoas que sofrem com som alto em sua vizinhança são as mesmas que, em outras ocasiões, se divertem em ambientes com poluição sonora considerável.

- A) As duas alternativas são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- B) As duas alternativas são verdadeiras e a II é uma justificativa correta da I.
- C) A alternativa I é uma proposição verdadeira, e a II é uma alternativa falsa.
- D) A alternativa I é uma proposição falsa, e a II é uma alternativa verdadeira.
- E) As alternativas I e II são falsas.

06. A função da linguagem predominante no texto I é a conativa. Ela predomina no texto como um todo. Apesar disso, não é em todos os parágrafos, quando analisados individualmente, que a mesma função predomina. No segundo parágrafo do texto I (l.7-13), por exemplo, predomina a função:

- A) Referencial.
- B) Emotiva.
- C) Fática.
- D) Metalinguística.
- E) Poética.

07. A partir da leitura do texto 01 e da análise do contexto em que a palavra “empatia” (l.42) foi empregada no texto I, podemos definir seu significado como sendo:

- A) A capacidade de fazer o bem sem esperar por agradecimentos.
- B) O processo de identificação em que o indivíduo se coloca no lugar do outro e, com base em suas próprias suposições ou impressões, tenta compreender o comportamento do outro.
- C) A tendência ou inclinação de natureza instintiva que incita o ser humano à preocupação com o outro.
- D) A característica do que é decente, do que tem pureza e é moralmente irrepreensível.
- E) A qualidade do que é persistente, determinado; constância.

08. A forma ortográfica da palavra que preenche o espaço vazio 1 (l.2) do texto I acima é:

- A) Igerêcia.
- B) Ingerença.
- C) Ingerencia.
- D) Injerência.
- E) Ingerência.

09. A frase abaixo foi elaborada a partir da leitura do texto I, assinale a única opção em que a acentuação gráfica das palavras que a compõem está totalmente correta.

- A) As noites são difíceis para as pessoas que moram em bairros onde ha muitos bares e casas de show. As festas promovidas por eles nunca são concluídas antes da meia-noite, o que atrapalha quem precisa acordar cedo para cumprir seus papéis na sociedade.
- B) As noites são difíceis para as pessoas que moram em bairros onde há muitos bares e casas de show. As festas promovidas por eles nunca são concluídas antes da meia-noite, o que atrapalha quem precisa acordar cedo para cumprir seus papéis na sociedade.
- C) As noites são difíceis para as pessoas que moram em bairros onde há muitos bares e casas de show. As festas promovidas por eles nunca são concluídas antes da meia-noite, o que atrapalha quem precisa acordar cedo para cumprir seus papéis na sociedade.
- D) As noites são difíceis para as pessoas que moram em bairros onde há muitos bares e casas de show. As festas promovidas por eles nunca são concluídas antes da meia-noite, o que atrapalha quem precisa acordar cedo para cumprir seus papéis na sociedade.
- E) As noites são difíceis para as pessoas que moram em bairros onde há muitos bares e casas de show. As festas promovidas por eles nunca são concluídas antes da meia-noite, o que atrapalha quem precisa acordar cedo para cumprir seus papéis na sociedade.

10. Assinale a única alternativa em que os elementos de coesão dão à relação entre as frases o mesmo sentido que esta relação tem no texto I:

- A) O número de multas dadas pela prefeitura de Belo Horizonte em razão do barulho tem aumentado, *já que* as transgressões estão diminuindo.
- B) O número de multas dadas pela prefeitura de Belo Horizonte em razão do barulho tem aumentado, em função disso, as transgressões estão diminuindo.
- C) O número de multas dadas pela prefeitura em razão do barulho tem aumentado, apesar disso, as transgressões não estão diminuindo.
- D) Em função de as transgressões não estarem diminuindo, a prefeitura de Belo Horizonte tem aplicado mais multas em razão do barulho.
- E) Apesar do número de multas dadas pela prefeitura de Belo Horizonte em razão do barulho ter aumentado, as transgressões têm diminuído.

11. Assinale a única alternativa em que o uso do sinal indicativo de crase está correto e é obrigatório.

- A) Algumas pessoas desistem de morar no bairro devido à sua perturbação.
- B) Uma faixa pintada à óleo pelos moradores, pede a compreensão dos clientes.
- C) Os moradores permanecem horas à espera de silêncio.
- D) A interdição dos bares não interessa à ninguém.
- E) As multas devem ser aplicadas à quem descumprir a Lei do Silêncio.

12. De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, a palavra “civildade” (l.6) significa “conjunto de formalidades, de palavras e atos que os cidadãos adotam entre si para demonstrar mútuo respeito e consideração; boas maneiras, cortesia, polidez”. Sendo assim, esta palavra deve ser classificada como pertencente à classe dos:

- A) Verbos.
- B) Adjetivos.
- C) Advérbios.
- D) Substantivos.
- E) Pronomes.

13. Assinale a alternativa cujas palavras completam, de modo adequado ao que preceituam as regras de concordância verbal da gramática normativa, os espaços vazios do período abaixo.

Já \_\_\_\_\_ muitos anos que as prefeituras municipais do Brasil passaram a multar quem desrespeita a Lei do Silêncio, mas \_\_\_\_\_ muitas pessoas que ainda \_\_\_\_\_ em denunciar tal prática.

- A) Deve fazer, há, hesitam.
- B) Devem fazer, tem, excitam.
- C) Deve fazerem, há, hesita.
- D) Deve fazer, tem, hesitam.
- E) Fazem, há, excitam.

14. Assinale a alternativa cujas palavras completam, de modo adequado ao que preceituam as regras de concordância nominal da gramática normativa, os espaços vazios do período abaixo.

Já \_\_\_\_\_ 6 horas da manhã quando se \_\_\_\_\_ as medições dos decibéis nos bares, boates e casas de shows \_\_\_\_\_.

- A) Seria, iniciou, mineiro.
- B) Era, iniciaram, mineiros.
- C) Eram, iniciou, mineiras.
- D) Seriam, iniciaram, mineira.
- E) Era, iniciou, mineiras.

### FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

15. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna abaixo.

Costuma-se dizer que o princípio da \_\_\_\_\_ possui quatro vertentes distintas, que seriam (1) a finalidade pública; (2) a relação com a isonomia; (3) a imputação ao órgão ou entidade administrativa dos atos praticados pelos seus servidores; (4) e a proibição de utilização de propaganda oficial para promoção pessoal de agentes públicos. Preencha corretamente a lacuna acima:

- A) Moralidade.
- B) Publicidade.
- C) Eficiência.
- D) Legalidade.
- E) Impessoalidade.

16. Acerca da Administração Pública, analise os itens abaixo:

- I. A concepção dialógica da administração pública prega uma filosofia cooperativa no ajustamento público-privado de condutas.
- II. Como a atividade administrativa é estritamente pautada pela legalidade, não é necessário que o agente público detenha habilidades de negociação.
- III. A administração monológica, fundada no princípio da consensualidade, permite a legitimação democrática da atuação administrativa.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

17. Sobre o controle interno e externo da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- B) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência à respectiva Corte de Contas, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- C) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- D) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades públicas pauta-se, dentre outros critérios, pela legalidade, legitimidade e economicidade.
- E) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

18. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, em se tratando de obras, serviços e compras de baixo vulto, sem alta complexidade técnica e sem consideráveis riscos financeiros, a autoridade competente, desde que previsto no instrumento convocatório, poderá exigir a prestação de garantia de até:

- A) Dez por cento do valor do contrato.
- B) Quinze por cento do valor do contrato.
- C) Cinco por cento do valor do contrato.
- D) Vinte por cento do valor do contrato.
- E) Cinquenta por cento do valor do contrato.

19. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Nesse cenário, é possível afirmar que:

- I. A licitação será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- II. A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;
- III. Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) Apenas I, II e III.

20. Com base na Lei nº 8.666/93, analise os itens abaixo:

- I. Obra é toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.
- II. Há empreitada por preço global quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.
- III. Na empreitada por preço unitário, contrata-se um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) I, II e III.
- B) Apenas I.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) Apenas II.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Acerca dos atos administrativos, analise os itens abaixo:

- I. Nem todo ato praticado pela Administração Pública é considerado ato administrativo.
- II. Somente a Administração Pública tem poderes para expedir atos administrativos.
- III. Por ser editada pelo chefe do Poder Executivo, a medida provisória é espécie de ato administrativo.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

22. A respeito da Administração pública direta e indireta, bem como sua organização, assinale a opção INCORRETA.

- A) A sociedade de economia mista será constituída sob a forma de sociedade anônima.
- B) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- C) A sociedade de economia mista possui personalidade jurídica de direito privado.
- D) A empresa pública pode revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
- E) As autarquias estão submetidas ao controle hierárquico da Administração pública direta.

23. Sobre os concursos públicos, assinale a alternativa correta:

- A) Admite-se o provimento que propicie ao servidor investir-se em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, desde que, no mínimo, haja a realização de prévia análise curricular.
- B) Salvo contrária disposição editalícia, não há direito dos candidatos em concurso público à prova de segunda chamada nos testes de aptidão física, em razão de circunstâncias pessoais, ainda que de caráter fisiológico ou de força maior.
- C) É cabível o veto não motivado à participação de candidato a concurso público.
- D) Os serviços sociais autônomos, integrantes do denominado Sistema S, sempre estão submetidos à exigência de concurso público para a contratação de pessoal.
- E) É inconstitucional a regra inserida no edital de concurso público, denominada cláusula de barreira, com o intuito de selecionar apenas os candidatos mais bem classificados para prosseguir no certame.

24. Analise os seguintes itens acerca dos bens públicos e da desapropriação:

- I. Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- II. São bens públicos os de uso comum do povo, tais como edifícios destinados a serviço ou estabelecimento da administração municipal.
- III. Compete aos Municípios desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

25. De acordo com a legislação em vigor, o valor mínimo para a celebração de contrato de Parceria Público-Privada (PPP) é de:

- A) Um milhão de reais.
- B) Cinco milhões de reais.
- C) Dez milhões de reais.
- D) Quinze milhões de reais.
- E) Vinte milhões de reais.

26. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, nas obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, que envolvam alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, a autoridade competente, desde que previsto no instrumento convocatório, poderá exigir a prestação de garantia de até:

- A) Dois por cento do valor do contrato.
- B) Quinze por cento do valor do contrato.
- C) Vinte por cento do valor do contrato.
- D) Dez por cento do valor do contrato.
- E) Cinquenta por cento do valor do contrato.

27. A pretensão indenizatória contra Município, para fins de reconhecimento da responsabilidade pelos atos danosos praticados por seus agentes, tem prazo prescricional de:

- A) Um ano.
- B) Três anos.
- C) Cinco anos.
- D) Dez anos.
- E) Vinte anos.

28. Preencha corretamente esta lacuna com base na Lei nº 8.666/1993: É dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de \_\_\_\_\_ consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos:

- A) 30 (trinta) dias.
- B) 60 (sessenta) dias.
- C) 90 (noventa) dias.
- D) 180 (cento e oitenta) dias.
- E) 360 (trezentos e sessenta) dias.

29. Assinale a alternativa incorreta acerca das disposições contidas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992):

- A) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
- B) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, a autoridade administrativa deverá representar diretamente ao Tribunal de Contas, para a indisponibilidade dos bens dos agentes envolvidos na ilicitude.
- C) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- D) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiros, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- E) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

30. Conforme a Lei nº 12.462/2011, pode-se afirmar que o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) não se aplica às licitações e contratos necessários à realização:

- A) Das ações em órgãos e entidades dedicados à ciência, à tecnologia e à inovação.
- B) Das ações no âmbito da segurança pública.
- C) Das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
- D) Das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).
- E) Das ações no âmbito da promoção do turismo sustentável e da proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

31. Preencha corretamente a seguinte lacuna: Os chamados atos \_\_\_\_\_ são expedidos em função do exercício do poder hierárquico e, via de regra, criam obrigações, no âmbito da rotina administrativa, apenas para os agentes públicos:

- A) Ordinatórios.
- B) Contratuais.
- C) Enunciativos.
- D) Normativos.
- E) Gerais.

32. Analise os seguintes itens sobre o direito de greve no serviço público:

- I. A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público.
- II. É permitida a greve feita por servidores públicos que atuam diretamente na área de segurança pública.
- III. O direito de greve do servidor público estatutário não sofreu nenhum impacto com a Reforma Trabalhista, trazida pela Lei nº 13.467/2017, permanecendo o seu exercício regulado, tanto quanto possível, pelas disposições da lei de greve do setor privado.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

33. De acordo com o Código Civil vigente, quando a lei não fixar prazo menor, a prescrição ocorre em:

- A) Um ano.
- B) Cinco anos.
- C) Dez anos.
- D) Vinte anos.
- E) Trinta anos.

34. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar:

- A) As ações diretas de inconstitucionalidade.
- B) A homologação de sentenças estrangeiras.
- C) Os recursos especiais, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- D) As arguições de descumprimento de preceito fundamental.
- E) O litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

35. Preencha corretamente esta lacuna com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país \_\_\_\_\_ depois de oficialmente publicada:

- A) Trinta dias.
- B) Sessenta dias.
- C) Noventa dias.
- D) Cento e vinte dias.
- E) Quarenta e cinco dias.

36. À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa incorreta:

- A) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- B) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas.
- C) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo, culpa ou erro grosseiro.
- D) Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.
- E) As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.

37. No direito brasileiro, a competência para legislar sobre previdência social é:

- A) Exclusiva da União.
- B) Privativa da União.
- C) Exclusiva dos Municípios.
- D) Privativa dos Estados e Distrito Federal.
- E) Concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

38. É da competência do Supremo Tribunal Federal:

- A) Julgar, em recurso ordinário, o crime político.
- B) Apreciar os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado.
- C) Julgar os habeas data contra ato dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- D) Apreciar os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
- E) Julgar a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

39. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei:

- I. A proteção à maternidade, especialmente à gestante.
- II. A proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
- III. O auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda, exceto se o preso tiver praticado crime considerado hediondo.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

40. Preencha corretamente esta lacuna: A Constituição \_\_\_\_\_ é aquela cuja dificuldade para modificação é igual à existente para a modificação das leis infraconstitucionais, não havendo hierarquia entre as normas.

- A) Analítica.
- B) Plástica.
- C) Garantista.
- D) Semântica.
- E) Neoliberal.

41. Sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais, poderá o respectivo interessado se valer de:

- A) Ação Popular.
- B) Mandado de Segurança.
- C) Mandado de Injunção.
- D) Habeas Corpus.
- E) Habeas Data.

42. Acerca da Jurisprudência e das Súmulas do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- B) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- C) Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- D) O direito ao auxílio-alimentação se estende aos servidores inativos.
- E) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

43. Assinale abaixo quem não possui legitimidade para a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade:

- A) Governador de Estado.
- B) Presidente da República.
- C) Procurador-Geral da República.
- D) Governador do Distrito Federal.
- E) Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

44. Preencha corretamente esta lacuna: O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de \_\_\_\_\_ dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei:

- A) Dois terços.
- B) Um quarto.
- C) Um terço.
- D) Metade.
- E) Três quintos.

45. Assinale abaixo o que NÃO é da competência privativa do Presidente da República:

- A) Nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- B) Autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
- C) Exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal.
- D) Decretar e executar a intervenção federal.
- E) Manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.

46. De acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que a Câmara dos Deputados:

- A) Tem competência para elaborar o Regimento do Congresso Nacional e do Senado Federal.
- B) Deve eleger membros do Conselho da Defesa Nacional.
- C) Pode autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- D) Pode convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.
- E) Deve suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.



47. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- I. Exigir tributo sem lei ou decreto que o estabeleça.
- II. Instituir taxas ou contribuições sobre o patrimônio dos partidos políticos.
- III. Instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

48. Sobre o regramento constitucional dos Municípios, assinale a alternativa correta:

- A) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em turno único e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal.
- B) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de vinte por cento da receita do Município.
- C) É permitida a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- D) Compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- E) As contas dos Municípios ficarão, durante cento e oitenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

49. De acordo com o Código Civil vigente, são pessoas jurídicas de direito público interno:

- A) As fundações.
- B) Os partidos políticos.
- C) As entidades de classe.
- D) As organizações religiosas.
- E) As associações públicas.

50. Acerca da organização do Estado brasileiro, analise os itens abaixo:

- I. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- II. A União poderá, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- III. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de referendo.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.